



## O BRASIL PÓS-1822: NEM TÃO MODERNO, NEM TÃO CONSERVADOR.

Wender M. L. Souza\*

**Resumo:** O presente artigo trata da acomodação de ideias no Brasil do século XIX, mais especificamente das liberais na economia e como reverberaram no meio político do país. Havia uma distância entre a teoria e a prática, pois a ação se afastava da ideia da classe dominante, como exemplo, e foco do artigo, a escravidão que era criticada pelo discurso liberal europeu, mas encontrava resistência entre os liberais brasileiros. Assim sendo, ideias liberais, como livre comércio, direito à propriedade e individualismo, eram defendidas na economia, no entanto, eram rechaçadas quando se referiam à escravidão, que perdurava no Brasil. Para demonstrar essa discrepância entre prática x teoria, utilizam-se Alfredo Bosi, Roberto Schwarz e Carlos Lessa.

**Palavras-chave:** Escravidão; Liberalismo; Brasil.

## THE POST-1822 BRAZIL: NOT SO MODERN, NEITHER SO OLD- FASHIONED.

**Abstract:** This article deals with the setting of ideas in Brazil during the 19th century, most specifically the liberal ideas in economics and how they reverberate in the country's political

---

\* Wender Marcell Leite Souza é mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). E-mail: wendermls@gmail.com.



environment. There was a gap between theory and praxis, because the action distanced itself from the ruling class's idea. As an example, the slavery, which was criticized by the European liberal discourse, was well accepted by brazilian liberals. Thus, liberal ideas such as free trade, the property rights and individualism were defended in the economy, however, rejected when dealing with slavery, which persisted in Brazil. In order to demonstrate the discrepancy between praxis x theory, texts from Alfredo Bosi, Roberto Schwarz and Carlos Lessa are considered.

**Keywords:** Slavery; Liberalism; Brazil.

## Introdução

A Europa vivia, após a Revolução Francesa de 1789, uma efervescência política, cultural e econômica. Nesse contexto, havia uma urgência pelo novo e, conseqüentemente, por sua implantação no cotidiano, sendo assim, pensavam alguns que o velho deveria ser abandonado para o contemporâneo prevalecer. Já antes, no século XVII, ocorrera, na própria França, a “querela dos antigos e modernos” (1687-1715), na qual os últimos rogavam a si a supremacia de suas obras artísticas, filosóficas e científicas em relação aos primeiros.

Os novos seriam os artistas da corte de Luís XIV – como Charles Perrault e Bernard Fontenelle –, que acreditavam ser as produções daquele momento não só superiores comparadas às de épocas passadas, mas como também deveriam ser, no sentido de que o novo sempre ultrapassa o velho, criando o futuro e vislumbrando a modernidade. E os antigos seriam os artistas que exaltavam e reproduziam formas e conteúdos das obras gregas e romanas. Percebe-se, assim, que havia a busca pela representação do agora, do momento presente, do moderno, em resposta ao que estava em voga, a referência à cultura da Antiguidade, ou seja, entre qual tipo de representação artística deveria vigorar.



O termo modernidade, segundo Hans Robert Jauss<sup>1</sup>, vem do latim, do adjetivo *modernus*, sua primeira aparição ocorreu no século V, na transição da Antiguidade Romana ao mundo da Nova Cristandade.

Em seus empregos mais antigos, a palavra tem apenas o sentido técnico do **limite da atualidade**, [...] deriva de '*modo*' – que, então, não significava apenas – *precisamente, já, imediatamente, logo*, mas, provavelmente, significasse também '*agora mesmo*'. [...] '*Modernus*' não significava apenas '*novo*', mas '*atual*'. Entre os conceitos temporais aproximadamente sinônimos, '*modernus*' é o único cuja função é designar exclusivamente atualidade histórica presente<sup>2</sup>.

O termo como oposição ao antigo surgiu na querela, em que ser moderno passa a ser desejoso. Os homens do século XVII passam a enxergá-lo como início de algo. Em *Fausto* (1808), de Goethe, o moderno, personificado no homem, valoriza a ação e anseia tornar-se mestre e senhor da natureza. O homem moderno quer criar, “O desejo de agir, de conquistar e de transformar o mundo através da ação [...] consigna o *ethos* do homem e da civilização ocidental moderna”<sup>3</sup>. Nesse desejo, sempre em contraposição ao antigo, o velho mundo deve desaparecer.

A eclosão da Revolução trazia a sensação de novidade, pois a reforma política e o caminho para a República pareciam pavimentados. No entanto, em 1892, Napoleão concretiza um golpe e se lança ao poder. Assim, aquela sensação é frustrada, quando a Revolução sofre um baque com uma nova troca de comando. Porém, há de se considerar que, se em política a mudança é fugaz, já que o poder volta a ser centralizado, economicamente, o liberalismo e seu livre comércio já são realidades. Nesse ínterim, a Inglaterra – que já vivia a sua Revolução, a Industrial, desde o século XVIII – inicia ao longo do século XIX uma cruzada pela expansão do liberalismo. Para isso, os ingleses, grosso modo, entendiam que todo homem deveria ser livre, pois, assim, seria um trabalhador assalariado que retornaria o seu ganho ao mercado,

---

<sup>1</sup> JAUSS, Hans Robert. Tradição literária e consciência atual da modernidade. In: *Histórias de literatura*. (Org.) Heidrun Krieger. São Paulo: Editora Ática, 1996.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Modernidade e questão nacional. In: *Lua nova* – Revista de cultura e política. São Paulo: Marco Zero/CEDEC, n.20, p.41-68, maio/1990, p. 46.



fazendo a economia girar.

Um dos efeitos importantes do aumento do comércio foi o crescimento das cidades; o comércio necessitava de uma organização na cidade, pelo seu caráter dinâmico que não se ajustava aos feudos. Assim, os comerciantes se uniram organizando as corporações. Huberman (1967) aponta que o sistema de corporações tinha duas características fundamentais: a igualdade entre os senhores e a facilidade com que os trabalhadores podiam passar a ser mestres. Com a prosperidade de alguns mestres, a igualdade anterior dá lugar às corporações superiores (mestres) e inferiores (aprendizes)<sup>4</sup>.

Os ideais da Revolução Francesa (igualdade, fraternidade e liberdade) haviam ficado para trás, pelo menos no que se referia às relações sociais e humanas, já que na economia, supostamente, vivia-se uma disputa igualitária de mercado, sem monopólio ou hegemonia, fomentada pelo ideal liberal. Nesse cenário (princípio do século XIX), o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, entretanto, os filhos dos portugueses mandados para estudar na Europa assistiam *in locus* a este momento da história do Ocidente. Assim, entusiasmados com essa revolução econômica, política, comportamental etc., alguns deles esperavam modernizar o país quando voltassem.

### **Modernidade e Liberalismo à brasileira**

A modernidade no Brasil começou a ocorrer após a vinda da Família Real à colônia, em 1808, fugindo de Napoleão. Aqui, Dom João VI pôs em prática algumas medidas para colocar o país em passo de igualdade à Europa. Em relação às artes plásticas, em 1816, traz ao país, com a finalidade de criar uma Academia de Belas Artes, vários artistas franceses, conduzidos por Joachim Lebreton, antigo secretário da Academia Francesa, na delegação: os

---

<sup>4</sup> LIMA, M. F.; LANÇA GALVÃO, N. de A.; WIHBY A. *Liberalismo clássico: origens históricas e fundamentos básicos*. 2008. In: [www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/.../Michelle%20Fernandes%20Lima.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/.../Michelle%20Fernandes%20Lima.doc), p. 3. Acessado em 08 de setembro de 2016.



pintores Nicolas-Antoine Taunay e Jean-Baptiste Debret; os escultores Auguste Taunay, Marc e Zéphyrin Ferrez e o arquiteto Grandjean de Montigny. No entanto, a Academia só viria a ser fundada em 1826 e a primeira exposição aconteceria em 1829<sup>5</sup>.

Nesse tempo, o Rio de Janeiro é alçado ao patamar de capital da metrópole, entretanto, não possuía condições para receber a corte. A partir desse momento, a cidade passa por uma mudança arquitetônica a fim de modernizá-la, assim como outras cidades do país.

A instalação da Coroa exigiu algumas modificações urbanas. Entre as inovações joaninas, é necessário sublinhar o reforço do papel da polícia no controle da cidade. No Rio, promovido à capital, a Coroa, sua corte e seu funcionalismo estipendiado promovem um choque de gasto público. Consolida-se a cidade como uma praça comercial importante [...]

Nesse processo de desenvolvimento urbano, surge uma elite atualizada em consumir e fascinada pelo luxo importado [...] As famílias poderosas multiplicam os escravos urbanos domésticos, que convivem em simbiose com esse povo pobre [...] São preservados, além da escravidão, o regime de sesmaria para a propriedade da terra e a ligação Igreja-Estado [...] Em resumo: a Coroa transferida, sedimentada e mais robusta, “recicla” as antigas elites, as incorpora à corte e afasta o risco da ruptura republicana<sup>6</sup>.

Essa onda de modernização instigava os que pensavam que o Brasil deveria ser independente em relação a Portugal. Uma mudança política também era necessária, pelo menos uma que não alardeasse muito a população e os outros países.

O Brasil, de certa forma, sustentava Portugal desde o século XVIII, após a descoberta de ouro em seu território, que trouxe seiscentos mil portugueses homens, para onde hoje se encontra Minas Gerais. Com isso, Portugal sofreu uma grande baixa populacional, que ocasionou uma perda na base produtiva portuguesa, “A sangria de mão de obra para a colônia desarticulou a agropecuária portuguesa”<sup>7</sup>. Segundo Carlos Lessa<sup>8</sup>, a independência brasileira é uma espécie de “parto sem dor”. Ocorre na verdade uma transição quando Pedro I,

<sup>5</sup> CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Trad. Nícia Adan Bonatti. Campinas, SP: Papirus, 1994.

<sup>6</sup> LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. In: *Estudos avançados*. São Paulo: n.22 (62), 2008, p. 241-2.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 239.

<sup>8</sup> Ibidem.



aconselhado por D. João VI, recusa-se a retornar a Portugal e as elites coloniais mantêm-se fiéis ao governante bragantino.

O conservadorismo inicial de sua formação será uma constante histórica ao longo de sua evolução. O Brasil conseguiu abolir a escravidão sem nenhum conflito social relevante; proclamou a República sem a presença de nenhuma forma jacobina significativa; modernizou o Estado encerrando a República Velha, sem nenhum trauma relevante; promoveu a industrialização sem ruptura com a velha oligarquia primário-exportadora; atravessou a guerra fria instalando uma ditadura militar e um Estado de exceção, que foi substituído pelo estado de direito sem nenhuma criminalização dos autoritários; tenta plasmar uma democracia sem discutir as origens do seu autoritarismo<sup>9</sup>.

Entende-se, assim, que o país viabiliza mudanças por meio de condicionamento das vontades do poder vigente, estabelecendo transformações rasas e superficiais, nada estruturantes. Nesse contexto, Alfredo Bosi<sup>10</sup>, no ensaio “A escravidão entre dois liberalismos”, demonstra como o Brasil do século XIX costurava as ideias econômicas liberais e a escravidão que ainda persistia no país, sendo a prática diferente da teoria. O liberalismo estava atado à escravidão. Os seus pensadores entendiam que nos países europeus modernos não cabia, mas nas colônias se omitiam. As ideias modernas presentes no liberalismo ganhavam outra acomodação deste lado do Atlântico. Para comprovar a sua tese, Bosi utiliza discursos proferidos por parlamentares e pensadores da época.

A ideologia compõe retoricamente (isto é, em registros de persuasão) certas motivações particulares e as dá como necessidades gerais. Nos seus discursos, o interesse e a vontade exprimem-se, ou *traem-se*, sob a forma de algum princípio abstrato ou alguma razão de força maior<sup>11</sup>.

O Brasil vivia um paradoxo, por um lado, economicamente, era liberal e procurava modernizar-se, por outro, politicamente, mantinha-se conservador, como em relação à

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 244-5.

<sup>10</sup> BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 194-5.



escravidão. Os escravocratas apelavam ao direito, ao bem da economia ou ao nacionalismo. Em 1826, pressionado pela Inglaterra, o país assina um tratado que tornava ilegal o transporte de carne humana. Em uma sessão da Câmara de 1827, dois parlamentares que defendiam a escravidão acusam a Inglaterra de intromissão em questões nacionais. Para um desses parlamentares, Clemente Pereira, ocorria um ataque à Constituição, “[...] à dignidade nacional, à honra e aos *direitos individuais* dos cidadãos brasileiros”<sup>12</sup>.

Bosi lembra com ironia de uma frase de José de Alencar, “ser liberal significava ser brasileiro”, a frase acentua a retórica dos liberais da época. O quadro político do Brasil se dividia entre o *Partido da Ordem*, dos conservadores – composto pelas oligarquias antigas do açúcar nordestino e as mais novas do café do Vale da Paraíba, as firmas exportadoras, os traficantes negreiros e parlamentares –, e a oposição, que cabia ao liberalismo moderado, que controlava o país na fase regencial. Bosi, para reforçar a sua ideia de prática x teoria, distingue quatro tipos de liberalismo.

- 1) *Liberal*, para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar *conservador das liberdades*, conquistadas em 1808, *de produzir, vender e comprar*.
- 2) *Liberal* pôde, então, significar *conservador da liberdade*, alcançada em 1822, *de representar-se politicamente*: ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.
- 3) *Liberal* pôde, então, significar *conservador da liberdade* (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) *de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica*.
- 4) *Liberal* pôde, enfim, significar *capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência*, ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito capitalista da Lei de Terras de 1850<sup>13</sup>.

O liberalismo prático brasileiro era o do livre comércio apenas, sem mais espaços para reformas sociais. Os liberais moderados não avançavam nesse assunto, assim, não aboliam a escravidão, não implantavam a República, nem o voto censitário.

---

<sup>12</sup> BETHELL, Leslie apud BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 197.

<sup>13</sup> BOSI, Alfredo, op. cit., p. 199-200.



### O narrador-protagonista: um mestre na periferia do capitalismo.

Nesta linha de que as ideias importadas pelo Brasil são aconchegadas de modo peculiar, Roberto Schwarz, em “Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis”<sup>14</sup>, faz uma análise do livro “Memórias póstumas de Brás Cubas”, associando a volubilidade do narrador-protagonista à classe dominante brasileira.

No romance machadiano praticamente não há frase que não tenha segunda intenção ou propósito espirituoso. A prosa é detalhista ao extremo, sempre à cata de efeitos imediatos, o que amarra a leitura ao pormenor e dificulta a imaginação do panorama. Em consequência, e por causa também da campanha do narrador para chamar atenção sobre si mesmo, a composição do conjunto pouco aparece. Entretanto, ela existe, e, se ficarmos a certa distância, deixa entrever as grandes linhas de uma estrutura social.<sup>15</sup>

Por meio do estudo da narração do autor-defunto ou defunto-autor – Brás Cubas –, Schwarz nos mostra como essa personagem viveu grandes aspirações, mas nenhuma realização. A história da vida de Brás é contada com humor pelo próprio, porém, um humor provocativo que a todo momento tenta chocar o leitor, “A todo momento Brás exhibe o figurino do *gentleman* moderno, para desmerecê-lo em seguida, e voltar a adotá-lo, configurando uma inconseqüência que o curso do romance vai normalizar”<sup>16</sup>. A narrativa é troça, brincadeira, e Brás reveza várias poses, o leitor tem que estar disposto a entrar nesse jogo de faces proposto pelo narrador, “O terreno é movediço, e cabe ao leitor orientar-se como pode, desamparado de referências consentidas, e tendo como únicos indícios as palavras do narrador, ditas em sua cara, com indisfarçada intenção de confundir”<sup>17</sup>. Brás é manipulador e criador de um ato de

---

<sup>14</sup> SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 22-3.



representar, não que as suas histórias não sejam reais, mas, como característica de uma literatura moderna, os fatos são deslocados para essa representação. Tudo na obra é arbitrário e nada objetivo, a não ser a intenção do narrador de confundir.

Para Schwarz, a volubilidade do narrador e a série dos abusos ao longo do romance têm como referência a camada dominante brasileira. Coadunando com ideias de autores já citados, Schwarz entende que a independência brasileira teve caráter conservador, “o senhor e o escravo, o latifúndio e os dependentes, o tráfico negreiro e a monocultura de exportação permaneciam iguais, em contexto local e mundial transformado”<sup>18</sup>. O país mantinha ligação com a “ordem revolucionada do capital e das liberdades civis”, mas os seus modos de produzir continuavam atrasados na prática, mesmo tendo como pressuposto os modos modernos.

Seria, do ângulo prático; uma necessidade *contemporânea*; do ângulo afetivo, uma presença *tradicional*, e do ângulo ideológico, uma abjeção *arcaica* – atributos contraditórios, mas verdadeiros à luz da experiência histórica da camada dominante<sup>19</sup>.

A sociedade brasileira do século XIX é uma contradição entre a ideia de mudanças e a prática de conservações. Os elementos duais, apresentados como oposição e contrastes na obra machadiana e abarcadas numa só frase ou num só movimento, denotam ou marcam a maneira lógica de expor o real, apresentando campo dominado pelo espírito em seu conjunto. Temas aparentemente filosóficos, que não pareciam caber na ficção, serviram de base estratégica para o estudo e o exercício da arbitrariedade na narrativa de Machado.

Schwarz aponta como relação patente entre a volubilidade do narrador, Brás, e a classe dominante o desapego por novas ideias, logo consumidas e depois abandonadas, que em consequência perdiam credibilidade. As ideias vindas de fora eram absorvidas e imediatamente aclimatadas ao local. Entretanto, há de se ressaltar que em Brás “a conduta

---

<sup>18</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 37.



volúvel está sempre *aquém*, denotando um estado anterior, de primitivismo risível para espíritos adiantados”<sup>20</sup>. Na realidade, esse anacronismo das ideias importadas causava a mesma perplexidade.

O método narrativo de Machado e a sátira à sua época são seus grandes méritos nesta obra. Assim como em outras do autor, como “O Alienista”, em que Machado satiriza a crença no cientificismo e na conveniência da política do fim do século XIX – e de todos os séculos. Nessa obra, toda uma cidade é internada no manicômio da cidade, ora por aparentar insanidade ora por não demonstrar insanidade. Na balbúrdia em que se transforma a cidade, o único a ter sempre razão é o médico. A cada momento o rumo político da cidade muda à mercê das ações profissionais do doutor ou do oportunismo dos políticos. Em referência à “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, Schwarz diz.

[...] a volubilidade é uma feição geral a que nada escapa, sem prejuízo de ser igualmente uma tolice bem marcada, de efeito pitoresco, localista e atrasado. Ora ela funciona como substrato e verdade da conduta humana, contemporânea inclusive, que só não reconhecem os insanos, ora como exemplo de conduta ilusória, um tanto primitiva, julgada sobre fundo de norma burguesa e utilizada como elemento de cor local e sátira. Esta incerteza de base, longe de ser um defeito, é um resultado artístico de primeira força, que dá a objetividade da forma a uma ambivalência ideológica inerente ao Brasil de seu tempo<sup>21</sup>.

### O novo liberalismo à brasileira

O Brasil do século XIX fazia parte do grande contexto mundial que pretendia se modernizar em todas as esferas. Entretanto, para isso, o homem daquele século tinha que enfrentar forças centrífugas que nada queriam mudar, e também a si próprio e seus obstáculos pessoais.

---

<sup>20</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 45-6.



Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador [...]<sup>22</sup>.

Os políticos liberais brasileiros caminhavam por uma estrada que os afastava do conservadorismo, por um lado, e os aproximava, por outro. Porém, em 1868, ocorreu um fato que mudou a história do Brasil e encerrou o sossego do Segundo Reinado, culminando na Abolição da Escravidão e na Proclamação da República. Dom Pedro II demite o gabinete de Zacarias de Góis, majoritário no Parlamento, fato que desencadeia reações das forças opositoras, sedentas por reformas no país.

A crise de 68 é o momento agudo de um processo que, de 65 a 71, levou à Lei do Ventre Livre. Analisada por esse ângulo, é uma crise de passagem do Regresso agromercantil, emperrado e escravista, para um reformismo arejado e confiante no valor do trabalho livre<sup>23</sup>.

O partido liberal se reestrutura a partir disso e um novo liberalismo renasce. Porém, há de salientar-se que nos últimos decênios do Império ainda não havia consenso entre os integrantes dos principais partidos – Liberal e Republicano – sobre quais ideias defender, haveria, ainda, resistências conservadoras e escravistas em ambos os lados. Em discursos no Parlamento, era fácil constatar a contradição que a sociedade brasileira vivia.

[...] não é raro ver membros do Partido Conservador, aliciados pela Coroa, defender a libertação dos nascituros de mulher escrava (como o propuseram os gabinetes do marquês de São Vicente e do visconde de Rio Branco), ou surpreender atitudes retrógradas entre os filiados ao Partido Liberal, como as do mineiro Martinho Campos, que mais de uma vez se declarou *escravocrata da gema*<sup>24</sup>.

Nesse quadro, surge um pensamento liberal moderno, composto tanto por políticos e

---

<sup>22</sup> BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 21-2.

<sup>23</sup> BOSI, Alfredo, op. cit. p. 223.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 225.



intelectuais de áreas urbanas quanto por fazendeiros nordestinos que já haviam libertado seus escravos, isto é, já haviam os vendidos aos fazendeiros paulistas. Nessa reorganização, os liberais passam a reivindicar eleições livres e “a liberdade dos nascituros mediante ressarcimento e emancipação gradual dos escravos restantes”<sup>25</sup>. Liberais, como Nabuco de Araújo, defendia a libertação dos escravos com o argumento de que a escravidão era legal, mas ilegítima e condenada pela lei divina.

Segundo Bosi, nesse novo liberalismo, as razões para a luta pela Abolição são várias. Ele cita Joaquim Nabuco que distinguiu cinco forças.

- 1) os *abolicionistas* que fizeram a campanha no Parlamento, na imprensa e nos meios acadêmicos;
- 2) os *militantes da causa*, abertamente empenhados em ajudar as fugas em massa e instruir os processos de alforria;
- 3) os *proprietários de escravos*, sobretudo nordestinos e gaúchos, que puseram a libertá-los em grande número nos últimos anos do movimento;
- 4) os *homens públicos* (Nabuco os chama generosamente estadistas) mais ligados ao governo, que, a partir da Fala do Trono de 1867, mostrou sua intenção de resolver gradualmente a *questão servil*;
- 5) a *ação pessoal do imperador e da princesa regente*<sup>26</sup>.

Os últimos momentos antes da Abolição da Escravatura mostravam a incongruência presente na política brasileira do século XIX, pois grupos distintos batalhavam pelo mesmo propósito, porém por motivos totalmente opostos. O novo liberalismo que nunca defendeu a libertação dos escravos aberta ou uniformemente, pelo menos naquele instante, foi coeso e contribuiu mais uma vez para as mudanças tardias no país. O Partido Republicano, formado, em sua maioria, por fazendeiros do Centro-Sul, demorou a aderir à causa, pois precisava substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre em tempo hábil, o que ocorreu, tendo em vista que, subvencionado pelos governos imperial e provincial, trazendo imigrantes europeus ao país.

É mister referir-se à história do café no Brasil, pois a oferta do produto por baixo preço

---

<sup>25</sup> Ibidem, p. 231.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 233.



no mercado mundial fez crescer o lucro e o poder dos cafeicultores no país. Segundo Lessa<sup>27</sup>, antes da Revolução Industrial, o café não tinha expressão no mercado, porém, em alguns anos, o Brasil era o responsável por 80% da produção mundial. O produto era cem por cento nacional, já que o produtor, o transportador, o comercializador e o financiador eram brasileiros.

O longo processo na colheita do café, que demorava sete anos do desmatamento à primeira safra, era uma das justificativas para a escravidão e a sua manutenção por tão longo tempo no território.

O investimento em mão de obra escrava e compra de alimentos e ferramentas, antes de qualquer rendimento, exigiu financiamento de longo prazo. Instalar o cafezal é uma complexa decisão microeconômica que se combina, via Casa Comissária, com peculiar sistema mercantil-financeiro<sup>28</sup>.

Lessa atribui ao capitalismo e seu mercado livre, aberto para todos que se propõem a concorrer, um dos grandes motivos para a “sobrevida ao estatuto escravagista colonial”. Nos discursos levantados por Bosi<sup>29</sup>, também se vê a defesa da escravidão e por consequência a necessidade da mão de obra escrava. A abertura dos portos em 1808, que fortaleceu a classe burguesa colonial e enfraqueceu a metrópole, catapultou os colonos brasileiros ao liberalismo e iniciou a emancipação do futuro país.

Portanto, isso demonstra que não foi apenas por razões humanitárias que os cafeicultores paulistas aderiram à Abolição, pois, como os fazendeiros nordestinos, receberam benefícios pecuniários para libertar os seus escravos. Bosi afirma que, assim como o Brasil, a França indenizou os seus fazendeiros, quando esses libertaram seus escravos, como também a Holanda o fez. Nos Estados Unidos, a Guerra da Secessão dividiu o país em Sul, escravagista, e Norte, abolicionista. No Brasil, esses dois grupos encontraram simpatizantes, “[...] Varnhagen, padroeiro da historiografia tradicional, mostrava simpatia pelos fazendeiros do

---

<sup>27</sup> LESSA, Carlos, op. cit.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 241.

<sup>29</sup> BOSI, Alfredo, op. cit.



Sul, Tavares Bastos e Perdigão Malheiro viam na luta do Norte e na figura de Lincoln exemplos de uma nova mentalidade que devia ser imitada”<sup>30</sup>.

### Considerações finais

Contexto é a maneira mais confiável de conhecer a história de um país. O Brasil se encontrava dentro de um contexto mundial que procurava se modernizar, mas ainda preso aos grilhões do conservadorismo e tradicionalismo, e, por sua vez, da escravidão. Essas discrepâncias entre a teoria e a ação produziam, e ainda produzem, atrocidades sociais incalculáveis. O homem moderno é o homem da ação e as suas ações dirão quem foi para a posteridade. A história do Brasil do século XIX produziu heróis e vilões, de uma forma maniqueísta, sem dialética. Estudos apurados, como de Alfredo Bosi, mostram-nos as nuances e as contradições existentes em todo sistema e em toda época.

Em 1958, foi lançado o romance *O Leopardo*, de Giuseppe Tomasi, príncipe de Lampedusa. O livro narra, pela ótica do príncipe de Salinas, a decadência da aristocracia provincial e a ascensão da classe burguesa italiana. Passada na segunda metade do século XIX, a história mostra o começo da época moderna e o fim inevitável do antigo. Tudo é visto e entendido com perspicácia pelo príncipe, que acredita que as coisas devam mudar para continuarem as mesmas, ou seja, não importando, no caso, a ascensão da burguesia, desde que a aristocracia consiga manter seus privilégios e seu poder, mesmo que este não seja financeiro.

Esse pensamento serviu não só para o príncipe de Salinas, mas para grande parte das revoluções na história da humanidade, não sendo diferente no Brasil da Independência, da Abolição e da República. As mudanças vinham sempre de cima para baixo, sem grande alteração para o povo. De tal maneira, após os primeiros presidentes do exército, a oligarquia

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 237.



agrícola passou a escolher os presidentes até o fim da República Velha. A escravidão brasileira libertou os escravos, mas não lhes deu meios de concorrer em pé de igualdade aos empregos especializados e bem remunerados, ou seja, as coisas mudaram para continuarem as mesmas.

### Referências bibliográficas

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARELLI, Mario. **Culturas cruzadas**: Intercâmbios culturais entre França e Brasil. Trad. Nícia Adan Bonatti. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

JAUSS, Hans Robert. Tradição literária e consciência atual da modernidade. In: **Histórias de literatura**. (Org.) Heidrun Krieger. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. In: **Estudos avançados**. São Paulo: n.22 (62), 2008.

LIMA, M. F.; LANÇA GALVÃO, N. de A; WIHBY A. **Liberalismo clássico**: origens históricas e fundamentos básicos. 2008. In: [www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/.../Michelle%20Fernandes%20Lima.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/.../Michelle%20Fernandes%20Lima.doc). Acessado em 08 de setembro de 2016.



OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Modernidade e questão nacional. In: **Lua nova** – Revista de cultura e política. São Paulo: Marco Zero/CEDEC, n.20, p.41-68, mai/1990.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.